

## **LEI Nº. 0734/2013**

### *Cria a Controladoria Geral do Município de Água Comprida e dá outras providências.*

A Câmara Municipal da cidade de Água Comprida representada por seus Nobres Pares aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1.º** - A criação da Controladoria Geral do Município - CGM, diretamente ligada ao Gabinete do Prefeito Municipal, com o objetivo de executar sistema de controle interno, com a finalidade de:

I - Verificar a regularidade da programação orçamentária e financeira, avaliando o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento do município de Água Comprida/MG;

II - Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III – Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

V - Examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;

VI - Examinar as fases de execução da despesa, inclusive verificando a regularidade das licitações e contratos, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade;

VII - Examinar a execução da receita bem como as operações de crédito, emissão de títulos e verificação dos depósitos de cauções e fianças;

VIII - Examinar os créditos adicionais bem como a conta “restos a pagar” e “despesas de exercícios anteriores”;

IX - Acompanhar a contabilização dos recursos provenientes de celebração de convênios e examinando as despesas correspondentes, na forma do inciso IV deste artigo.

X – Acompanhar, para fins de posterior registro no Tribunal de Contas dos Municípios, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta municipal, incluídas as fundações instituídas ou mantidas pelo poder público municipal, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão e designações para função gratificada;

**Parágrafo único** – A Controladoria Geral do Município – CGM, coordenada por um Servidor Efetivo, em seu mister se manifestará através de relatórios, inspeções, pareceres e outros pronunciamentos voltados a identificar e sanar as possíveis irregularidades.

**Art. 2.º** - Para assegurar a eficácia do controle interno, a CGM efetuará ainda a fiscalização dos atos e contratos da Administração de que resultem receita ou despesa.

**Parágrafo Único** - Para o perfeito cumprimento do disposto neste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município deverão encaminhar a Controladoria Geral do Município imediatamente após a conclusão dos atos:

I - A Lei relativa ao Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e a documentação referente à abertura de créditos adicionais;

II - Os editais de licitação ou contratos, inclusive administrativos, e os convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

**Art. 3.º** - Verificada a ilegalidade do ato ou contrato, a Controladoria Geral do Município de imediato dará ciência ao Chefe do Executivo e comunicará ao responsável, a fim de que o mesmo adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, fazendo indicação expressa dos dispositivos a serem observados.

**Art. 4.º** - Se, ao exercer a fiscalização, for configurada a ocorrência de desfalque, desvio de dinheiros ou bens ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário, a Controladoria Geral do Município comunicará o fato ao Prefeito Municipal que ordenará, desde logo, a instauração de processo administrativo a fim de apurar os fatos e sancionar os envolvidos, sem prejuízo de outras penalidades legais.

**Art. 5.º** - No apoio ao controle externo, a Controladoria Geral do Município deverá exercer, dentre outras, as seguintes atividades:

I - Organizar e executar, por iniciativa própria ou por solicitação do Tribunal de Contas do Estado, a programação bimestral de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial nas unidades administrativas sob seu controle, enviando ao mesmo os respectivos relatórios, na forma estabelecida pela legislação do TCE-MG;

II - Realizar auditorias nas contas dos responsáveis sob seu controle, emitindo relatório, certificado de auditoria e parecer.

**Art. 6.º** - Os responsáveis pelo controle interno ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência, de imediato, ao Prefeito Municipal para adoção das medidas legais cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 1º - Na comunicação ao Chefe do Poder Executivo, o Controlador Geral do Município indicará as providências adotadas para:

I - Corrigir a ilegalidade ou irregularidade apurada;

II - Ressarcir o eventual dano causado ao erário;

III - Evitar ocorrências semelhantes.

§ 2º - Verificada pelo Chefe do Executivo, através de inspeção, irregularidade ou ilegalidade que não tenham sido dado ciência tempestivamente e provada a omissão, o Controlador Geral do município, na qualidade de responsável solidário, ficará sujeito às sanções previstas em Lei.

**Art. 7.º** - O Controlador Geral do Município deverá encaminhar a cada 02 (dois) meses relatório geral de atividades.

**Art. 8.º** - Para o desenvolvimento das ações de que trata esta função, fica criado o cargo comissionado de Controlador Geral do Município, com remuneração mensal de R\$ 4.143,28 (quatro mil cento e quarenta e três reais e vinte e oito centavos).

**Art. 9.º** - As despesas oriundas da criação e manutenção da Controladoria Geral do Município correrão por conta da Programação Orçamentária, descrita na atividade **02012000.04.124.0055.2.0015.31.9011**.

**Art. 10.º** - Fica o Poder Executivo autorizado e mediante Decreto, regulamentar as ações e atividades da Controladoria Geral do Município.

**Art. 11.º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 12.º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Água Comprida, 22 de março de 2013.

---

GUSTAVO DE ALMEIDA GONÇALVES  
Prefeito Municipal